

Editorial

O volume dez, número dois do ano de 2016 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: Resenha da obra *Monarquia* de Dante Alighieri; *Os Meninos Soldados*, o Sistema Internacional de Direitos Humanos e o Tribunal Internacional Especial para Serra Leoa; *Condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em Face da Guerrilha do Araguaia*; *O Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia e os Casos Milosevic, karadzic e Mladic*; *Efetivação e Crise dos Direitos Humanos na Sociedade Contemporânea*; *Responsabilidade Civil do Estado em Danos Ambientais: uma visão sistêmica de sua construção jurídico – normativa*; *Gestão Ambiental como Mediação de Conflitos Socioambientais*; *A Criança e o Adolescente no Direito do Trabalho*; *Campanhas Educativas sobre o Trânsito: Uma Política Pública em Evolução*; e *Momentos da Crise Econômica: 1929 a 2010 - Um estudo exploratório*.

No primeiro texto Resenha da obra *Monarquia* de Dante Alighieri, a professora *Maria Bernadete Miranda*, através do presente estudo tem por objetivo destacar e sintetizar os principais argumentos formulados por Dante Alighieri na obra intitulada *Monarquia*, ressaltando, que a resenha aponta as teses do autor acerca do reconhecimento da centralidade do poder com o aprimoramento da ideia de governo, a defesa da separação entre o poder espiritual e temporal, e sua contribuição na formação do Estado moderno.

No segundo artigo *Daniel Guedes e Araújo* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* escreve sobre *Os Meninos Soldados*, o Sistema Internacional de Direitos Humanos e o Tribunal Internacional Especial para Serra Leoa, procurando demonstrar que durante a Guerra Civil de Serra Leoa, crianças e adolescentes foram recrutados e obrigados a combater em um dos mais terríveis conflitos recentes do continente africano. Aborda o presente escrito sobre a proteção do sistema internacional de direitos humanos que deveria coibir esta prática, bem como o Tribunal Internacional para Serra Leoa e a Comissão da verdade e reconciliação para a manutenção da paz naquele país.

O terceiro texto *Condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em Face da Guerrilha do Araguaia*, de *Gabriela Regina de Castro das Mercês* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* aborda o regime

militar brasileiro e membros do Partido Comunista do Brasil, quando formaram uma guerrilha rural, e dirigiram-se ao sul do Estado do Pará. Diz a autora que este grupo, conhecido como Guerrilha do Araguaia, foi duramente combatido pelas Forças Armadas Brasileiras, através de detenções arbitrárias, de práticas de tortura, de execuções e desaparecimentos forçados, tanto de membros do PC do B como de camponeses locais e que em virtude da Lei de Anistia, os responsáveis pelo massacre nunca foram responsabilizados e punidos por seus crimes.

No quarto artigo *Marisol Karina Simões* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* apresenta O Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia e os Casos Milosevic, karadzic e Mladic, onde procura demonstrar os conflitos étnicos ocorridos na antiga Iugoslávia, as violações de direitos humanos e massacres, culminando com o genocídio ocorrido naquele país na esteira dos eventos que marcaram a reestruturação dos Estados do Leste Europeu nos anos 1990. Aborda ainda sobre o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, sua criação e principais julgamentos.

Na sequência os professores *Murilo Naves Amaral*, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia e *Gleisson Lucas Cardoso*, Pós-graduado em Direito Processual Civil e argumentação jurídica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais apresentam o artigo intitulado *Efetivação e Crise dos Direitos Humanos na Sociedade Contemporânea*, expondo os aspectos jurídicos e sociais que envolvem a aplicabilidade das normas relativas aos direitos humanos na sociedade contemporânea, analisando, especialmente, o caso brasileiro. Os autores demonstram os empecilhos que se manifestam quando se verifica a necessidade de implementação de tais direitos, cujo reconhecimento ocorre por meio de um árduo processo de controvérsias que culminam nas demandas sociais e exigem a supressão das lacunas no tocante a matéria. Por esse motivo, buscam através do presente artigo, demonstrar a ineficácia dos direitos humanos no plano concreto ao mesmo tempo em que expõem a importância de se consolidar e efetivar a aplicabilidade desses direitos.

No sexto artigo intitulado *Responsabilidade Civil do Estado em Danos Ambientais: uma visão sistêmica de sua construção jurídico – normativa*, *Igor Makio Brasil Kanehira* Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Amazonas analisa a Responsabilidade Civil do Estado sob a ótica do direito ambiental com o intuito de demonstrar o que vem a ser dano ecológico e as medidas seguras a serem usadas para proteger o meio ambiente, além de expor os princípios norteadores da Responsabilidade na esfera ambiental e o histórico da evolução da Responsabilidade Extracontratual no mundo. Diz o autor que tal

matéria, tem como núcleo a análise da amplitude do dano causado e a responsabilização do sujeito executor do crime ao cometer uma penalidade que incide sobre um bem jurídico de interesse de toda coletividade, ou seja, um bem de uso comum do povo, conforme consta em nossa carta magna no artigo 225 *caput*.

Na sequência o professor *Rodrigo Henrique Branquinho Barboza Tozzi*, Pós-graduando em Gestão Ambiental e Economia Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul apresenta o artigo *Gestão Ambiental como Mediação de Conflitos Socioambientais*. A pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de aplicação da mediação como meio alternativo para a resolução de conflitos socioambientais, quando não há o acesso igualitário aos recursos naturais, ou quando a justiça socioambiental não é alcançada. Salienta o autor que a gestão ambiental, no seu papel integrado e contínuo de promover a compatibilização das atividades humanas a preservação do patrimônio ambiental é resultado da articulação de ações e agentes, de modo a garantir um meio ambiente saudável e equilibrado. Conclui que no âmbito da gestão ambiental, a mediação poderá ser utilizada para viabilizar a solução de problemas e conflitos de interesse quanto ao uso e à proteção dos recursos ambientais, bem como promover a participação social para que as partes envolvidas no conflito tenham a oportunidade de administrar e resolver de forma consensual a questão ambiental.

O oitavo artigo versa sobre *A Criança e o Adolescente no Direito do Trabalho*, uma produção de *Juliana de Lima Antonio Gimenez* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda*, tendo por objetivo demonstrar que o atual ordenamento jurídico, como regra, proíbe o trabalho da criança e do adolescente, existindo, no entanto, exceções abordadas ao longo da pesquisa.

Amauri Monge Fernandes, *Bacharel em Direito e Mestre em Gestão e Políticas Públicas* pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, apresenta o nono artigo intitulado *Campanhas Educativas sobre o Trânsito: Uma Política Pública em Evolução*. O trabalho tem o objetivo de analisar a forma atual das campanhas educativas sobre mortes no trânsito e mostrar a necessidade da sua evolução, considerando o ciclo pertinente às políticas públicas. Salienta o autor que as campanhas educativas devem seguir o rito delineado para as políticas públicas, principalmente quanto a aferição de seus resultados.

Para finalizar a série de artigos o professor *Francisco Sacramento*, Pós-graduado e Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo apresenta *Momentos da Crise Econômica: 1929 a 2010 - Um estudo exploratório*. Salienta o autor que algumas questões nortearam o desenvolvimento do presente artigo, destacando-se: por

qual motivo as crises financeiras se repetem continuamente? Existem razões determinantes dessa frequência? A conduta de diferentes participantes em distintos processos econômicos é capaz de promover a presença desses acontecimentos? Existem fatores repetitivos visíveis? Em que medida as eventuais disfunções organizacionais estão relacionadas à sua presença? Para tentar equacionar essas questões, discutidas e obter as devidas respostas o autor analisou diferentes cenários relacionados ao tema e os seus vínculos relações de causa e efeito. Assumiu, como teoria de base, as avaliações levadas a efeito por Parker (2009) e as reflexões de pesquisadores e gestores de diferentes organizações.

A Palestra proferida pela *Prof^a Maria Bernadete Miranda*, são slides de apresentações no *power point* em forma de aula, destacando-se O Código de Processo Civil e a Lei de Mediação.

Além dos Artigos e Palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da *Prof^a Maria Bernadete Miranda*, intitulados A Arbitragem nos Processos de Recuperação Judicial e O Código de Processo Civil de 2015 e o Processo do Trabalho, além de convidados, dentre eles destaca-se: Educação Política do Cidadão da professora *Luciana Aguiar* e Repensando Drucker – Liderança do professor *Francisco Sacramento*.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela *Prof^a Maria Bernadete Miranda*, juntamente com colegas do curso da graduação e da pós-graduação, além de convidados que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

Prof^a Msc. Maria Bernadete Miranda